Nota curricular

Nome: Maria Luísa Alves da Silva Neto Teixeira Botelho.

Local e data de nascimento: Lisboa, 8 de julho de 1971.

Habilitações e percurso profissional académico:

Provas de agregação em Direito [na área disciplinar de ciências jurídico-políticas (constitucionais)] pela Universidade do Porto (2020);

Venice Academy of Human Rights, EIUC (European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation) (2010);

Doutoramento em Direito (menção de Ciências Jurídico-Políticas) pela Universidade do Porto (2003);

Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica em Direito (menção de Ciências Jurídico-Políticas) na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2000);

Frequência e conclusão da componente curricular do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1994/95);

Licenciatura em Direito (menção de Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1994);

Professora associada com agregação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em regime de tenure;

Docente da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desde 1995, onde assegura unidades curriculares na área do Direito Público (Ciência Política, Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Administrativo) nos vários ciclos de estudos;

Membro do Centro de Investigação Jurídico-Económica da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (coordenadora da Linha de Investigação «Novos Direitos»/«Direito, Pessoa e Poder»);

Membro fundador do ICON.S (International Public Society of Public Law) Portuguese Chapter;

Membro fundador da ALDIS - Associação Lusófona de Direito da Saúde e membro eleito (2015 e 2020) do respetivo Conselho de Governadores;

Correspondente francófona da Academie Internationale Éthique, Medicine et Politiques Publiques (desde 2017);

Colaboração com outras instituições científicas e universitárias nacionais e internacionais na lecionação de formações e pós-graduações conferentes e não conferentes de grau;

Orientadora de várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado, já concluídas e em curso;

Membro de vários júris académicos, bem como de júris de seleção para acesso à magistratura, julgados de paz e de recrutamento para cargos de direção intermédia na Administração Pública;

Organizadora e oradora em variados seminários, conferências e colóquios nacionais e internacionais;

Autora de várias publicações científicas em revistas livros e capítulos de livros e atas de conferências, nacionais e estrangeiras em Direito Público;

Principais áreas científicas de investigação/formação/publicação - Direitos Fundamentais (v.g. bioética e educação para a democracia), Direito Constitucional, Direito Administrativo.

Na vida académica exerceu, entre outros, os seguintes cargos:

Membro do Conselho de Representantes da FDUP (2018-);

Membro do Comité de Ética do Departamento de Ciências Sociais e de Saúde da FMUP (2013-);

Diretora do 3.º Ciclo de Estudos em Direito da FDUP (2012 a 2018);

Membro do painel de avaliação de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia de bolsas de formação avançada (doutoramento e pós-doutoramento) em Ciências Jurídicas;

Membro da comissão paritária para efeitos de avaliação de desempenho de docentes da FDUP (2012-2015);

Membro da Comissão de Ética e Valores Institucionais da FDUP (2011-);

Membro das Comissões Científicas do Mestrado e do Doutoramento Interdisciplinar em Ciências Forenses da UP (2009-2021);

Membro do Senado da UP como um dos cinco representantes dos docentes no Senado pós-RJIES (2009-2013);

Diretora do Mestrado em Direito da FDUP (2009 a 2012);

Presidente da Comissão que produziu o relatório de Autoavaliação Institucional da FDUP (2007-2008);

Vice-presidente do conselho científico da FDUP (2005-2007 e 2019-2021);

Responsável pela participação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto no Projeto Universidade Júnior da Universidade do Porto, com o projeto de sensibilização aos direitos fundamentais e estado de direito democrático, falar a brincar de coisas sérias (2006-);

Representante da FDUP no grupo para reorganização curricular do 1.º ciclo de formação no âmbito do processo de Bolonha (2005);

Representante no grupo de Observação da UP para aplicação do SIGARRA e coordenadora do mesmo Programa na FDUP (2005);

Presidente do conselho pedagógico da FDUP (2004 a 2010);

Membro da Comissão para a Melhoria da Qualidade de Ensino na UP (2004);

Membro da Comissão de Autoavaliação responsável pela elaboração do relatório apresentado ao CNAVES pela FDUP (2003) e coordenadora do processo de avaliação dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos de estudos da FDUP (2012-2014);

Membro da Assembleia da UP em representação da FDUP (desde 2003 e membro eleito da respetiva Secção Académica desde 2005);

Membro da Assembleia de Representantes da FDUP (2002-2008);

Membro do Conselho Académico para a Educação Contínua da UP, criado por deliberação do Senado (1999-2002);

Representante da FDUP na Comissão para Elaboração do Guia de Desenvolvimento Estratégico da UP (1999);

Representante da FDUP para a Comissão para Formulação de uma Política de Professores para a UP (1999-2000);

Membro do Conselho Pedagógico Provisório da FDUP (1997-1999).

Funções não académicas:

Membro do Conselho Nacional de Saúde Pública (2020-2021);

Consultora da Comissão Técnica para Revisão da Lei de Bases da Saúde (2018-2019);

Membro de Comissões de Avaliação Externa para os cursos de Direito sob a égide da A3ES (2020-2021);

Membro do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, designada por eleição da Assembleia da República (2009 a 2016);

Membro da Direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2007 a 2013);

Advogada com inscrição (voluntariamente suspensa desde novembro de 2006) na Ordem dos Advogados;

Assessora do Ministro da Justiça (XVI Governo Constitucional);

Representante do Ministério da Justiça no Conselho Superior de Medicina Legal e no Conselho Nacional de Medicina Legal (1999 e 2001);

Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal (1995-1996);

Assessora do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (XII Governo Constitucional).